

A não-violência como princípio e a não-violência pragmática¹

Wander Luiz Cardioli Rodrigues dos Santos²

Introdução

A *não-violência*³ se insere na discussão sobre o direito de resistência e a desobediência civil. Configura-se como meio singular para intervenção política, seja coletiva ou individual, visando mudanças sociais concretas. A principal preocupação que motivou teorias recentes acerca da não-violência se refere à busca por caminhos viáveis para que pessoas comuns tenham condições de agir direta e politicamente, almejando a abertura política de governos que restringem a participação popular. Sua relevância para a conjuntura sociopolítica contemporânea, tanto brasileira quanto internacional, decorre dos debates sobre os limites para que ações diretas populares possam ser entendidas como legítimas e democráticas no seio dos Estados de direito.

Convém destacar que governos autoritários, mesmo aqueles em curso por décadas, ocasionalmente enfrentam protestos em prol da liberdade de expressão e da reconstrução de um espaço público para diálogos políticos (SHARP, 2010; 2012). Sistemas representativos, por sua vez, estão acumulando reivindicações

por novos canais para maior participação cívica nos meandros da política legalmente estabelecida. Frequentes demandas pelo alargamento do tipo de democracia praticada pelos sistemas políticos vigentes no interior dos Estados, com a inclusão de novos interlocutores políticos e suas demandas particulares, vêm sendo atestadas pela bibliografia da ciência política especializada no assunto (GURZA LAVALLE; ISUNZA, 2011; PHILLIPS, 2011; YOUNG, 2006). Assim, nomes como Gene Sharp, Kurt Schock e Brian Martin contribuíram com reflexões e conceitos para as agendas de pesquisa da área acadêmica em questão.

Inserida em tal panorama, a perspectiva pragmática da não-violência se traduz como uma via para fortalecer grupos e organizações sociais da própria população submetida a governos que recusam maior participação dos cidadãos em suas decisões políticas. Trata-se da busca por uma maneira de criar poderosa força de resistência, capaz tanto de derrubar ditaduras quanto de impedir que outras surjam em seu lugar, com o menor custo possível de recursos materiais e humanos (SHARP, 2010 p. 5-6). A teoria política que embasa o planejamento e

-
- 1 O artigo expõe parte dos resultados da pesquisa de mestrado em ciências sociais realizada pelo autor na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Agradeço à professora Dr^a. Carla Cecília Rodrigues Almeida e aos revisores anônimos pelas contribuições.
 - 2 Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: wanderlcrs@hotmail.com
 - 3 A singularidade da grafia do vocábulo traduzido, bem como de suas derivações neste artigo, pretende salientar a distinção que quase todos os autores aqui tratados fazem entre *não-violência* (*nonviolence*) e *não violência* (*non-violence*).

a execução de ações não-violentas tem em seu núcleo a ideia de que os governantes dependem do consentimento dos governados para manter a legitimidade e a sustentabilidade de seu governo perante a população (Idem, 2012, p. 7-11). Tal visão acerca do poder político e de suas implicações pode ser definida como *teoria consentimental do poder* ou *teoria do poder pelo consentimento* (ATAACK, 2006, p. 87-89; MARTIN, 1989, p. 213-214), imbuída de uma concepção relacional e interativa, de cunho individualista e voluntarista (KING, 2008, p. 27-28; MARTIN, 1989, p. 216).

Trata-se aqui de uma temática que, apesar de possuir um campo próprio de pesquisas e dialogar com outras áreas da academia, extrapola em muito o circuito acadêmico por ser abordada constantemente pela mais diversa gama de pessoas. Recuperar o debate em questão e compreender suas teorizações contemporâneas ganha particular importância no contexto atual, em que a legitimidade dos repertórios tradicionais de participação vem sendo questionada, e a ciência política se vê desafiada a decifrar as crises pelas quais a democracia vem passando.

Na seção “Definições conceituais”, o artigo delimitará acepções que permitam melhor captar as características da não-violência em relação a outras formas de ação política. A prática da não-violência – dito de outro modo, o encadeamento planejado dos métodos de ação não-violenta por parte de grupos organizados, visando fins políticos pré-definidos – diz respeito a um processo de intervenções políticas peculiares que, mesmo não envolvendo violência física⁴ contra outros indivíduos, tende a extrapolar os critérios legalmente estipulados para a atividade política dos cidadãos. Distinguir

suas peculiaridades perante a mera ausência de violência em situações cotidianas ou diante da política institucional é crucial para os autores voltados ao estudo da não-violência.

A parte seguinte, denominada “As duas vertentes da não-violência”, delineará um panorama acerca das duas concepções teóricas concorrentes que existem atualmente para a não-violência: a *não-violência como princípio* e a *não-violência pragmática*. Grosso modo, a segunda das vertentes tratou de retirar da primeira seu arcabouço religioso e metafísico, não exigindo mais de seus praticantes a recusa moral da violência por meio de uma fundamentação normativa embasada na teoria política. Por um lado, os defensores da primeira vertente reconhecem alguns desdobramentos positivos oriundos das propostas de Gene Sharp e de seus continuadores para a não-violência, especialmente porque permitiram maior facilidade de difusão, acesso, mobilização e aplicação da luta não-violenta. Por outro lado, os mesmos defensores da primeira vertente criticam a perspectiva pragmática da não-violência por fazer dos métodos de ação não-violenta simples instrumentos para ações políticas imediatistas e paliativas, as quais raramente levam a melhorias sociais e culturais no longo prazo. Houve, portanto, uma cisão interpretativa no campo da não-violência.

Na sequência, o item “Uma nova perspectiva para a não-violência” explicitará as contribuições particulares de Gene Sharp para o âmbito acadêmico em discussão, as quais consistem principalmente na sistematização de uma teoria política para a não-violência pragmática, na organização de exemplos históricos dos métodos de ação não-violenta e nas formulações a respeito dos processos que envolvem seu desafio

⁴ Provavelmente para ampliar o repertório das ações não violentas, os autores estudados aceitam uma definição minimalista de violência, desconsiderando dimensões do vocábulo que são especialmente importantes para grupos subalternos ou minoritários.

político. De modo mais ou menos desenvolvido, tais contribuições estão todas presentes nos três volumes de *The politics of nonviolent action* (SHARP, 2012), obra tida pela literatura especializada como marco que estabeleceu a vertente pragmática da não-violência como área acadêmica de pesquisas. A apresentação da teoria política organizada por Sharp será discutida em interação com sínteses das acepções de poder presentes no pensamento de Max Weber (1967) e Hannah Arendt (1994).

As “Considerações finais” aglutinarão objetivamente todo o exposto, a fim de produzir uma síntese das ponderações realizadas no decorrer do texto.

Definições conceituais

Mesmo o governo mais politicamente autoritário e militarmente repressivo pode vir a ser destituído sem que haja nenhum uso de violência física por parte do grupo popular opositor ao regime vigente. Embora possa parecer absurda à primeira vista, a partir dos anos 1970 tal afirmação é defendida por um número considerável de autores, os quais passam a formular uma teoria de poder capaz de embasar um tipo singular de utilização estratégica e metódica da desobediência civil. No horizonte conceitual da bibliografia em questão, para que sua proposta se concretize, os opositores ao governo se responsabilizarão por organizar um movimento popular que aglutine participantes de variados grupos sociais com as mais distintas ocupações, a fim de tornar o movimento capaz de planejar e executar um encadeamento de ações sociopolíticas que afetem os governantes em seus pontos nevrálgicos de sustentação política, econômica e social. Empiricamente, o autor Mark Beissinger (2007, p. 261-263) cita como

exemplo as insurreições populares ocorridas em países como Sérvia (2000), Geórgia (2003), Ucrânia (2004) e Quirguistão (2005).

Em consonância com o *Dicionário Cambridge* (2018), cabe deixar claro que o termo *não-violência*, assim escrito, expressa não apenas a mera ausência ou abstinência de violência visando fins políticos (*non-violence* em inglês, exposta aqui como *não violência*); mas também o uso planejado de estratégias, métodos e mecanismos específicos para causar mudanças políticas, motivo pelo qual se optou por manter uma tradução mais aproximada e literal do correspondente termo anglo-saxão *nonviolence*. Mais ainda, é possível reforçar e aprofundar a distinção fornecida pelo dicionário adicionando a percepção de que a não-violência se reporta sempre a um ideário normativo, seja utópico ou pragmático, responsável por nortear os agentes políticos no emprego da ação não-violenta na realidade histórica. Por um lado, Kurt Schock (2003, p. 705-706) enfatiza que a *não violência* engloba atos isolados ou esporádicos e sem planejamento, realizados por indivíduos ou grupos desestruturados que resolvem atuar politicamente sem causar dano físico a outrem; por outro lado, os pesquisadores Ronald McCarthy e Christopher Kruegler (1993, p. 2-4) deixam claro que a *não-violência* requer considerável organização coletiva, ampla consciência das estratégias e dos objetivos por parte de seus integrantes, além de minucioso planejamento das intervenções políticas.

Observa-se ainda que a não-violência se desdobra em duas vertentes: a *não-violência como princípio* (*principled nonviolence*), cuja assimilação pelos ativistas se pauta principalmente em juízos éticos ou religiosos; e a *não-violência pragmática* (*pragmatic nonviolence*)⁵, cuja apropriação pelos ativistas se reporta

5 As duas designações originais foram cunhadas por Judith Stiehm em artigo de 1968, no qual a autora atribui uma incipiente dualidade interna à não-violência.

majoritariamente a questões imediatas de cunho sociopolítico. Essas duas dimensões serão diferenciadas em seus pormenores nos parágrafos seguintes, porém ressalta-se que a diferenciação se baseia em aspectos que antecedem a ação política direta e dizem respeito à maneira como os ativistas absorvem e interpretam a não-violência. Portanto, as dimensões diferem por motivos abstratos, mas podem compartilhar o mesmo arcabouço prático quando de sua execução, motivo pelo qual a expressão *ação não-violenta* (*nonviolent action*) corresponderá aos métodos de ação que os adeptos das duas dimensões da não-violência têm à disposição para suas intervenções. De agora em diante, o simples uso do vocábulo *não-violência* se referirá às duas vertentes conjuntamente, ao passo que a *não-violência como princípio* e a *não-violência pragmática* serão assim nomeadas quando houver necessidade de distingui-las por questões teóricas. Já outras expressões, como *resistência civil* ou *desafio político*, serão aqui utilizadas quando os próprios autores mencionados ou transcritos definirem e conceituarem as nomenclaturas de sua preferência para a não-violência.

Outra distinção que precisa ser estabelecida de antemão envolve o reconhecimento das especificidades que caracterizam a não-violência em comparação com o pacifismo. Na concepção de Dustin Howes (2013, p. 428)⁶, o *pacifismo* (*pacifism*) “se refere a uma posição ideológica distinta na história do pensamento religioso, ético e político” (p. 428) que participa em cenários violentos, algo moralmente inaceitável ao pacifista. Tal asserção ideológica, que condena *a priori* a violência, pode ser traduzida empiricamente em comportamentos

sociais ativos ou passivos. Posto que a noção central do pacifismo “é o princípio da rejeição do uso da violência física na vida pessoal e política” (Ibidem, loc. cit.), tal noção não implica forçosamente intercessões políticas diretas. Logo, depende do discernimento de cada pacifista a via pela qual exteriorizará sua convicção contrária à violência, que varia desde a abstenção da política até o ativismo frequente. Apesar de sua ligação íntima com muitas religiões, cabe esclarecer também que os preceitos religiosos não são imprescindíveis para que alguém recuse a violência em sua vida, pois um ateu pode muito bem rejeitar toda e qualquer violência por considerá-la irracional (Ibidem, p. 429).

Diferentemente do pacifismo, Kurt Schock (2003, p. 705) pondera que a prática da *não-violência* pode ser retratada como um meio para exercer pressões políticas, econômicas, sociais, emocionais ou morais contra oponentes que, via de regra, ocupam posições de mando na hierarquia sociopolítica e recebem consentimento da sociedade para decidir acerca de questões do interesse coletivo. Sua execução abrange estratégias, mecanismos e métodos especificamente voltados para a intervenção concreta na realidade sociopolítica, visando sua transformação. Enquanto meio singular, consciente e estratégico de ação direta, iniciou-se como desdobramento do posicionamento ativo de pacifistas que “avançaram e desenvolveram uma forma distinta de prática política, diversamente chamada de não-resistência, não-violência, *ahimsa*⁷, força espiritual (*soul force*) e *satyagraha*⁸” (HOWES, 2013, p. 429), mas com o passar do tempo tornou-se

6 Todas as citações em línguas estrangeiras são traduções livres de minha responsabilidade.

7 Noção proveniente do hinduísmo, que propõe a não violência universal como resultado da crença de que todos os seres vivos compõem uma mesma criação divina.

8 Denominação do tipo de não-violência religiosa e moralista desenvolvida por Mohandas Gandhi e aplicada no processo de independência da Índia.

objeto de reflexões exclusivas⁹. Exemplificando a multiplicidade de possíveis usos, os apreciadores da não-violência podem ser religiosos fervorosos almejando a conversão de infieis, pacifistas convictos buscando melhorar eticamente as relações sociais ou ateus inconformados ambicionando mudanças políticas.

Em poucas palavras, a não-violência é um meio para agir estrategicamente na realidade sociopolítica, com a intenção deliberada de transformá-la. Portanto, não-violência obrigatoriamente envolve ação política direta e planejada. Se uma pessoa optar pela abstenção da violência diante de um furto, tal indivíduo será *não violento* devido a sua inatividade. Da mesma forma, se um grupo de pessoas subitamente se recusar a deixar um hospital enquanto não obtiver atendimento, esse grupo será *não violento* devido à falta de planejamento do comportamento transgressor. Para os autores que tratam do tema da não-violência, mesmo que o grupo seja arrastado à força para fora do hospital por policiais e o caso alcance repercussão midiática nacional, ainda assim terá sido um caso de *não violência* que se valeu de um método de ação do repertório da não-violência. Com os exemplos fica mais claro que ambas as dimensões da não-violência se preocupam com o agir político sem violência de indivíduos e grupos, compartilhando a possibilidade de usar métodos não-violentos para a ação direta. Entretanto, vale destacar a asserção de Kurt Schock (2013, p. 278) quando constata que tais métodos não são exclusividade da não-violência e que alguns deles são usados para manifestações políticas pelo menos desde 449 a. C.

Em conformidade com a interpretação de Kevin Clements (2015) e Michael Nagler (2004), a *não-violência como princípio* expressa o entendimento de ativistas que têm a negação

da violência como um imperativo para suas vidas particulares e públicas. Em decorrência, não há uma avaliação prévia da situação que enfrentarão para a escolha entre violência e não-violência como meio de intervenção política, pois a utilização dos métodos de ação da não-violência para manifestar suas preferências políticas é antes uma predeterminação de seus juízos de valor, de sua ideologia ou crenças religiosas, que subjetivamente os impedem de atentar contra a vida de outrem. Embora estejam lutando em tempo e espaço dados por causas inseridas num contexto histórico e numa conjuntura política, as justificativas para suas lutas políticas imediatas quase sempre extrapolam o presente e remetem a um comprometimento com objetivos utópicos para as coletividades. Ao manifestarem oposição a uma lei ou política governamental, os ativistas que têm a não-violência como princípio em suas ações no mundo empírico geralmente visam o término da violência entre seres humanos ou a difusão do amor incondicional entre todas as pessoas. Tais fins utópicos são a motivação maior para seu ativismo, o qual provavelmente será recorrente e persistente exatamente pela longínqua distância entre a realidade histórica e o horizonte de suas metas para as comunidades. Afinal, a não-violência como princípio tende a ser o meio para intervenção sociopolítica defendido por pacifistas que, rejeitando a inatividade e a abstenção da política, valem-se dos fundamentos da ação não-violenta sem, no entanto, abrir mão do ideal de extirpar a violência da convivência em sociedade.

Já a *não-violência pragmática* expõe a compreensão de ativistas que, independentemente da ideologia ou da religião que possuam, avaliam antecipadamente o contexto histórico e

9 Atribui-se ao pacifista e abolicionista estadunidense Adin Ballou (1803-1890) a primeira tentativa de sistematização e teorização a respeito do que atualmente as referências bibliográficas denominam como *métodos de ação não-violenta*.

a conjuntura política para escolher o meio de ação que julgam mais viável à luta que irão empreender. Sua escolha pode ser pela violência sem que tal preferência lhes cause conflito interior. Caso se decidam racionalmente pela não-violência, sua escolha será sustentada pelo discernimento de que a luta a ser empreendida terá maiores probabilidades de sucesso pela via do planejamento estratégico e também pela execução dos métodos de ação não-violenta. Na visão das autoras Erica Chenoweth e Maria Stephan (2011, p. 82), bem como na opinião de Dustin Howes (2013, p. 434), a tomada de tal decisão provavelmente ocorrerá devido a pelo menos uma das seguintes razões: (a) disputa violenta requer habilidades que restringem física e tecnicamente os aptos a participar do conflito; (b) ações não-violentas permitem a participação cooperativa de numerosos grupos sociais distintos na retirada de poder dos dominantes; (c) multiplicidade de métodos disponíveis permite que cada membro dos grupos societais envolvidos no confronto não-violento atuem de acordo com suas possibilidades e conhecimentos; (d) ações coletivas de grande porte tendem a diminuir o discernimento psicológico dos riscos inerentes às intervenções políticas diretas; (e) a visibilidade midiática das ações não-violentas favorece o apoio de instituições supranacionais, de organizações não governamentais e da opinião pública ao movimento social não-violento, imputando aos adversários políticos o peso das condenações morais corriqueiramente atribuídas ao uso da violência contra opositores que não revivam violentamente. Enfim, os praticantes da não-violência pragmática não rejeitaram nem abdicaram da violência em sua vivência privada ou social, tão somente não consideraram a

violência o melhor meio de ação para dada ocasião de disputa sociopolítica.

Por último, sublinha-se que *não resistência passiva* (*passive non-resistance*) e *resistência passiva* (*passive resistance*)¹⁰ não equivalem a *resistência não-violenta* (*nonviolent resistance*) ou *ação não-violenta* (*nonviolent action*), por questões de cunho prático. Na definição de Schock (2013), *não resistência passiva* (*passive non-resistance*) implica tão somente a “não cooperação com e não participação em instituições baseadas na violência” (p. 277), ao passo que *resistência passiva* (*passive resistance*) se refere a comportamentos cotidianos informais ou velados e sem coordenação, geralmente engendrados por indivíduos oprimidos que tentam resistir sem causar danos físicos aos adversários (SCHOCK, 2003, p. 707). Logo, cabe distinguir que *resistência não-violenta* (*nonviolent resistance*) ou *ação não-violenta* (*nonviolent action*) se reporta a um conjunto de estratégias e métodos de ação individual ou coletiva que é operado de maneira consciente, planejada e direta na realidade empírica, visando alterar efetivamente o *status quo* sociopolítico vigente. “Não há nada passivo ou evasivo na resistência não-violenta, pois ela é um ativo e explícito meio de processar conflitos com oponentes” (Ibidem, loc. cit.), motivo pelo qual Mohandas Gandhi refutou o uso do adjetivo *passiva* para se referir à *satyagraha*¹¹.

Lembrando que a complexidade do mundo empírico complica em demasia a fixação de diferenciações teóricas estanques e, além disso, que os posicionamentos políticos discernidos aqui podem se suceder num mesmo acontecimento sociopolítico, o Quadro 1 esquematiza as distinções explicadas nos parágrafos anteriores:

10 Assentadas na *não violência* (ênfase na grafia em separado).

11 Segundo Stuart Gray e Thomas Hughes (2015, p. 379-380), a expressão *satyagraha* origina-se da combinação entre *sat* (verdade ou verdadeira essência) e *agraha* (firmeza).

Quadro 1

Posicionamentos políticos isentos de violência

Posicionamento político	Postura política do agente	Síntese	Exemplos
Não-violência (<i>Nonviolence</i>)	Ativa	Aceitação dos fundamentos para operacionalização dos métodos de ação não-violenta e adesão à ideia de que tais métodos são os melhores meios para agir politicamente numa dada realidade sociopolítica, visando sua transformação.	Movimentos não-violentos estruturados que busquem suporte em variados e descontentes grupos sociais para impulsionar profundas mudanças políticas.
Não-violência como princípio (<i>Principled nonviolence</i>)	Ativa	A aceitação dos fundamentos para operacionalização dos métodos de ação não-violenta é precedida pela adesão ao pacifismo.	As campanhas lideradas por Mohandas Gandhi pela independência da Índia (1947) são os mais famosos exemplos.
Não-violência pragmática (<i>Pragmatic nonviolence</i>)	Ativa	A aceitação dos fundamentos para operacionalização dos métodos de ação não-violenta é precedida pela concordância com a teoria política da não-violência pragmática: a <i>teoria consentimental do poder</i> .	O principal exemplo ocorreu na Sérvia e foi protagonizado pelo movimento não-violento <i>Otpor!</i> (<i>Resistência!</i>). Sua atuação encerrou o governo autoritário de Slobodan Milosevic em 2000, influenciando ao menos outras três quedas de regimes por movimentos sociais semelhantes: na Geórgia em 2003, na Ucrânia em 2004 e no Quirguistão em 2005.
Ação não-violenta (<i>Nonviolent action</i>)	Ativa	Repertório de atitudes peculiares e combináveis num encadeamento de intervenções políticas diretas, as quais são conscientemente coordenadas e executadas para atingir fins políticos pré-determinados num plano de ação estratégico.	Passeatas, bloqueios, vigílias, palestras, greves, boicotes, ocupações, jejuns, formação de governos paralelos etc.
Não violência (<i>Non-violence</i>)	Ativa ou Passiva	Qualquer atividade ou comportamento que tenha implicações políticas ou sociais e deliberadamente não envolva violência.	Uma passeata pacífica e circunstancial, sem planejamento, pode exemplificar a não violência ativa. Trata-se de um método de intervenção direta que faz parte do rol de ações não-violentas. Todavia, pelo prisma teórico aqui adotado, não corresponde a uma ação não-violenta propriamente dita, pois sua execução não é respaldada pelos fundamentos da ação não-violenta. X Frequentar locais públicos, por razões corriqueiras, vestindo roupas com estampas de significado político, pode ilustrar a não violência passiva.

(Continua)

Quadro 1 – continuação

Posicionamento político	Postura política do agente	Síntese	Exemplos
Pacifismo (<i>Pacifism</i>)	Ativa ou Passiva	Ideologia cujos adeptos recusam <i>a priori</i> qualquer situação violenta. Pode se expressar desde a abstenção da política ao ativismo frequente.	Um monge vivendo isolado do meio social num templo religioso pode exemplificar o extremo abandono da política por parte de um pacifista. X Novamente, Mohandas Gandhi é o mais famoso exemplo da combinação entre pacifismo e ativismo político, devido ao seu papel na campanha de independência da Índia.
Resistência passiva (<i>Passive resistance</i>)	Passiva	Comportamentos cotidianos que manifestem aprovação ou desaprovação a certas questões políticas.	Frequentar locais públicos por razões corriqueiras vestindo roupas com determinadas estampas de explícito significado político. OBS.: Toda forma de resistência passiva é <i>não violenta</i> (ênfase na grafia em separado).
Não resistência passiva (<i>Passive non-resistance</i>)	Passiva	Recusar participação ou colaboração com instituições que aceitem a violência como parte de seus regulamentos ou atividades.	Não fazer parte nem apoiar de qualquer maneira as forças armadas dos Estados-nação.

*Ou ainda *teoria do poder pelo consentimento*. A teoria em questão terá suas particularidades examinadas ainda neste artigo.
Fonte: elaboração própria, embasada principalmente em Schock (2003; 2013) e Howes (2013).

Tendo por base as distinções teóricas estabelecidas anteriormente e sabendo que muitas das preocupações que circundam pesquisas acerca da não-violência perpassam variados âmbitos do conhecimento (estudos sobre paz, movimentos sociais, ação coletiva, revoluções, negociações, apenas para citar alguns), apresentam-se agora as particularidades que diferenciam as duas abordagens teóricas existentes para embasar a prática da não-violência.

As duas vertentes da não-violência

Segundo os apontamentos de Schock (2013, p. 277-282) e Mary King (2008,

p. 31), a esfera de discussão da *resistência civil*¹² compõe-se principalmente por acadêmicos e ativistas políticos das mais diversas profissões. No mais, o foco substantivo de estudos sobre a ação não-violenta envolve primordialmente estratégia, técnicas de ação e mecanismos de transição não-violenta. Afinal, pode-se ainda delimitar um horizonte comum de parâmetros para pesquisas na área: o agir não-violento representa uma posição distinta da violência e da política convencional; ação violenta e ação não-violenta são quase sempre incompatíveis; onde é possível mobilizar resistência violenta efetiva, é possível mobilizar resistência não-violenta efetiva;

12 Expressão da preferência de Schock (2013) para designar “o uso sustentado dos métodos de ação não-violenta” (p. 277) e também a área de pesquisas acadêmicas referentes ao tema.

reconhecimento de que os meios prefiguram os fins (SCHOCK, 2013, p. 280).

Na contramão desses consensos, a partir da década de 1960 tornam-se cada vez mais nítidas duas visões contrastantes que perpassam os trabalhos do campo de debate, expressando motivações, hipóteses e implicações divergentes em maior ou menor medida (STIEHM, 1968, p. 23). Em 1973, a publicação de *The politics of nonviolent action* por Gene Sharp (2012) acaba consolidando a paulatina divisão entre os pesquisadores da não-violência, que até então se voltavam primordialmente a estudar os escritos e a figura de Mohandas Gandhi ou seus feitos políticos e posteriores desdobramentos. De um lado, encontram-se aqueles que defendem a *não-violência como princípio* (*principled nonviolence*), isto é, uma não-violência fundamentada subjetivamente em premissas transcendentais e utópicas, responsáveis por guiar religiosa ou moralmente a utilização dos métodos não-violentos de ação; de outro lado, estão os que advogam uma *não-violência pragmática* (*pragmatic nonviolence*), ou seja, embasada normativamente apenas em pressupostos da teoria política, tornando a ação não-violenta livre da obrigatoriedade de quaisquer crenças prévias (CLEMENTS, 2015, p. 2-4; SCHOCK, 2013, p. 279-280).

No prisma dos praticantes da não-violência como princípio, a ação direta será norteada por profundos pressupostos que ultrapassam a própria disputa política deflagrada pela ação não-violenta. As motivações que levam seus simpatizantes à ação política são eminentemente transcendentais e importam mais do que um episódio singular de luta não-violenta, porque há um fim utópico para o conjunto das ações não-violentas executadas, como a aceitação coletiva de certos ideais transcendentais para elevação ética da humanidade ou a extinção da violência entre

os seres humanos para a racional melhoria da coexistência em sociedade. Seja por temência a forças supra-humanas ou por julgarem-na irracional e desumana, a violência será quase sempre abandonada (CLEMENTS, 2015, p. 12-14). Excepcionalmente, como derradeiro recurso para a proteção de inocentes, a violência poderá ter vez (HOWES, 2013, p. 430). Os pontos positivos de tomar a não-violência como princípio estão bem evidenciados na passagem a seguir:

Não-violência como princípio é capaz de açambarcar todas as táticas e estratégias da não-violência estratégica, mas ela sempre manterá a cautela crítica acerca do monopólio da violência que jaz no cerne de todo Estado. Como a não-violência estratégica, ela encoraja o desenvolvimento das capacidades, legitimidade e resiliência das bases, mas ela visa soluções de longo-prazo ao invés de curto-prazo. Ela funcionará com o Estado quando for apropriado e se oporá a ele quando necessário. Ela deriva sua legitimidade e poder de valores que não podem ser comprometidos. Ela consegue isso por meio de contínua autocrítica, bem como por meio de um compromisso robusto para mudanças constantes rumo a um mundo mais justo e pacífico. Ela sabe que simplesmente sobrepujar um sistema repressivo e injusto não é garantia de paz e justiça longevas. É o foco equívocado no estado que está provando ser o calcanhar de Aquiles da não-violência estratégica. (CLEMENTS, Op. cit., p. 4)

No outro lado da mesma moeda estão os adeptos da não-violência como um simples instrumento para a transformação da realidade histórica em momentos oportunos. Não são aspirações de melhoria do caráter humano nem de fim da violência nas relações sociais que movem às ruas os apoiadores da não-violência pragmática, mas sim insatisfações utilitaristas e materialistas que constantemente impactam seu cotidiano. Suas ações não-violentas são consciente e estrategicamente planejadas para enfrentar problemas sociopolíticos imediatos e bem delimitados, como padrões intransigentes ou governos ditatoriais. Apoiam-se em alegações

próprias da teoria política para guiar o emprego instrumental da não-violência. Eis uma descrição esclarecedora da não-violência pragmática, fornecida também por Kevin Clements (2015):

O segundo entendimento da não-violência é o conhecido por pragmático, tático ou estratégico. Alguns críticos se referem a essa perspectiva como “não-violência *light*”. Isso é um pouco injusto desde que muitas das pessoas que se engajam na não-violência tática ou estratégica frequentemente exibem coragem considerável ao confrontar regimes opressivos e injustiças profundamente enraizadas. A razão pela qual ela é considerada não-violência *light*, todavia, é porque ela não exige um comprometimento com o pacifismo pessoal nem com um estilo de vida não-violento. A não-violência pragmática simplesmente afirma que a violência física é muito custosa ou de difícil execução; ela é fundamentada na luta política e é vista como um método ou instrumento efetivo para gerar mudança política. Ao invés de perguntar o que é certo, ela pergunta o que funcionará. A não-violência pragmática é um meio para um fim ao invés de um fim em si mesmo. Ela visa metas de curto-prazo (p. ex. a derrubada de um regime repressivo, ou mudanças em leis injustas e opressivas) ao invés do fim de toda violência em todas as esferas da vida social. (p. 3)

Partidário da não-violência como princípio e consternado em sua salvaguarda, Clements frisa bem as principais distinções existentes entre as duas dimensões da não-violência. Entretanto, vale lembrar que a identificação de um autor como restrito a uma das vertentes expostas não condiz com a fluidez do conhecimento, servindo apenas como demarcação de posicionamentos tomados pelos pesquisadores após longo envolvimento com a não-violência e seu campo de discussão. O melhor exemplo da mobilidade interna entre os âmbitos da não-violência como princípio e da não-violência pragmática pode ser encontrado na trajetória acadêmica do próprio Gene Sharp, cujos primeiros trabalhos publicados datam dos anos 1950 e defendem a *satyagraha* gandhiana mesmo em seus pontos mais transcendentais. Voltando à dualidade

de posicionamentos acerca da não-violência, num ângulo de visão:

Desde 1973, a tipologia e a classificação de Sharp dos métodos não-violentos em *The Politics of Nonviolent Action* (frequentemente referida como *Politics*, ou trilogia de Sharp) difundiu-se ao redor do mundo e foi traduzido em duas dúzias de línguas. Em um campo que sofre [*plagued*] com documentação escassa e pobre historiografia, a delineação de Sharp de três categorias fundamentais dos métodos não-violentos, ou passos da ação – protesto e persuasão, não cooperação, e intervenção não-violenta – nunca foi seriamente desafiada ou substituída. Sua clássica conceituação de métodos psicológicos, sociais, econômicos, e políticos resistiu ao teste do tempo. (Ibidem, p. 23)

Noutro ângulo de visão, mesmo após a repercussão dos escritos de Gene Sharp, a não-violência como princípio não só manteve adeptos como continua advogando em favor da imprescindibilidade de se abdicar da violência na vida privada e pública como cerne do sucesso das ações não-violentas no longo prazo. Tomando emprestada a ótica avaliativa de Kevin Clements (2015, p. 4), se a propagação da não-violência pragmática tanto para outros campos acadêmicos, quanto para novos públicos fora da academia permitiu verificar que a realização empírica da não-violência tem se mostrado consistente na avaliação teórica e efetiva no plano prático, seu uso instrumental com metas de curto prazo tem contribuído de modo ínfimo para o fim da violência nas relações sociais. Nesse sentido, mesmo aceitando os métodos de ação não-violenta, os adeptos da não-violência como princípio são, em geral, muito mais propensos a uma aceção como a seguinte:

Não-violência como princípio é baseada na rejeição de toda violência física. Ela está assentada na boa vontade de sofrer ao invés de infringir sofrimento, numa preocupação com o fim da violência, e numa celebração do poder transformativo do amor e da compaixão. A não-violência é vista como

uma manifestação exterior de um espírito amoroso interno a cada um de nós. [...] A não-violência como princípio busca amar potenciais inimigos preferencialmente a destruí-los, e promover meios não violentos, pacíficos, para fins pacíficos. Os processos de sua preferência são persuasão, cooperação, e resistência não-violenta para vigorosa coerção em prol de propósitos políticos. (Ibidem, p. 2)

Pelo olhar de Clements (2015), a não-violência precisa ser tomada como um princípio imperativo para a aplicação de seus métodos de ação, não como um mero conjunto de métodos para ação direta cuja adoção pode ser deixada ao bel-prazer dos ativistas, caso contrário a humanidade manterá seus hábitos violentos por muito mais tempo. Destarte, para os pesquisadores que partilham da opinião do autor, como Michael Nagler (2004), não basta constatar que a não-violência deve ser praticada por ser mais eficaz do que a violência em tentativas de ruptura do *status quo* sociopolítico, como faz Sharp (apud MARTIN, 2013, p. 202). Para eles, num primeiro plano faz-se necessário também impedir que os novos governantes sejam tão ou mais autoritários do que seus antecessores; bem como tornar tanto o Estado e suas instituições menos dependentes da força, quanto a sociedade civil organizada e seus membros menos submissos à coerção. Num segundo plano reside a indispensabilidade de manter a não-violência como baluarte capaz de alterar ética e culturalmente o meio social no sentido de repúdio geral à violência.

Citando Gene Sharp e Kurt Schock e apontando criticamente o alto grau de utilitarismo presente nos argumentos levantados para justificar a não-violência pragmática, Clements (2015, p. 7-11) afirma que metas de longo prazo, como mudanças culturais e éticas das sociedades, requerem arcabouço idealista para orientar o agir não-violento e seus resultados. De outra forma, a ausência do comprometimento com o fim da violência nas relações humanas torna a ação não-violenta

próxima das estratégias, dos métodos e das ações violentas em seus objetivos e em suas consequências na realidade social.

Assim sendo, aqueles que preferem manter a não-violência como um princípio defendem-na não só como mero instrumento para transição de governos, mas também como ideia substantiva e norteadora da ação pessoal cotidiana. A pretensão da não-violência como princípio para a ação não-violenta é a reformulação efetiva das mais diversas esferas sociais, a partir da adesão individual a preceitos que contribuam na elevação do nível ético da vida em coletividade. O corolário alcançado por meio de ações não-violentas recorrentes seria permitir que as pessoas retirassem gradualmente o apoio e a concordância em viver num ambiente respaldado pela violência e pela coerção, o que culminaria numa extensa e benéfica transformação social:

Não-violência como princípio tem maiores probabilidades de gerar disciplina aos movimentos, flexibilidade estratégica, e entendimento crítico das conexões entre opressão direta/violência estrutural e violência cultural. Se não houver cuidado, compaixão, consciência empática na não-violência estratégica, sempre haverá o perigo de que ela possa resultar em um tipo diferente de opressão, mas ainda assim opressão, como consequência. [...] Não-violência como princípio é um imperativo, não um extra opcional! É a cola ética que liga não-violência estratégica e tática ao seu coração ético. É o estímulo que é necessário para promover instituições colaborativas, abertas e participatórias, e é crucial para assegurar que todos os sistemas sociais realmente se engajem naquela tarefa hercúlea e de longo prazo de construir culturas e estruturas a partir da paz sustentável. (Ibidem, p. 15)

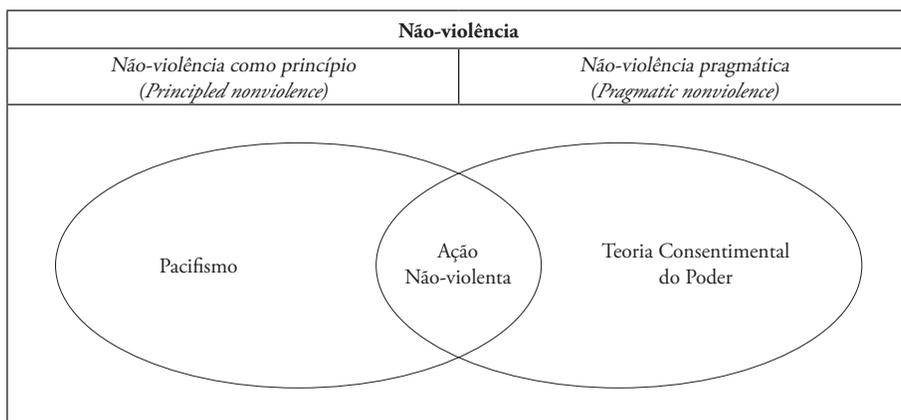
Reforçando propositalmente o antagonismo, com o intuito de facilitar a apreensão das semelhanças e dos distanciamentos entre as duas dimensões da não-violência, pode-se resumir a não-violência como princípio que defende a ação não-violenta empregada por pacifistas, ou seja, por pessoas que tenham a

ausência de violência como parte intrínseca de sua personalidade e vivam-na em seu cotidiano, com a justificativa de que somente os ativistas não-violentos subjetivamente comprometidos com o fim absoluto da violência saberão equilibrar embates políticos não-violentos historicamente circunscritos e a continuidade da busca por um planeta de seres humanos efetivamente pacíficos. Por sua vez, a não-violência pragmática atesta que a ação não-violenta pode ser praticada por quaisquer interessados em alterar as relações de força e o poder político no

interior de um Estado, justificando que esperar das pessoas a aceitação da não-violência como princípio se traduz numa restrição daqueles que poderão se valer de um meio de transformação da realidade empírica, meio de potencial para ajudá-las a resolver problemas sociopolíticos mais iminentes do que o fim da violência em todas as interações sociais.

Pretendendo favorecer a assimilação das visões contrastantes evidenciadas, o Quadro 2 fornece um esboço da dualidade interna da não-violência:

Quadro 2
As duas vertentes da não-violência



Fonte: elaboração própria, embasada principalmente em Martin (1989; 2013) e Clements (2015).

Em que pese a persistência dos argumentos teóricos propagados pelos defensores da não-violência como princípio, preocupados com mudanças sociais de grandes proporções e de profundas consequências para as interações humanas, os estudos de Sharp (2010; 2012) desencadearam uma cisão na área do conhecimento que concentra pesquisas sobre a não-violência. É incontestável que o ângulo de visão proposto pelo ativista e acadêmico estadunidense, sobretudo com a publicação de sua *magnum opus* de 1973 (2012), trouxe novo fôlego às reflexões dos interessados

na temática em foco. Portanto, as próximas páginas serão direcionadas à exposição do encadeamento argumentativo desenvolvido por Sharp (2010; 2012) para a não-violência, visando destacar analítica e normativamente as principais noções por ele desenvolvidas.

Uma nova perspectiva para a não-violência

A fim de esclarecer as inter-relações entre as visões de Mohandas Gandhi e Gene Sharp, Thomas Weber (2003, p. 252-259)

tríplice a trajetória percorrida por Sharp para a formulação de seu pensamento, avaliando detalhadamente a influência do legado de Gandhi, nome central para a não-violência como princípio, em tal processo. Em sua fase inicial de atração pela não-violência, quando de sua graduação em 1949 e do mestrado em 1951, o *jovem Sharp* – nos termos de Weber (2003, p. 252) – surge como um seguidor dos ideais do Mahatma. Naquela época, Sharp acredita nos preceitos transcendentais de Gandhi, entendendo-os como constituintes de uma filosofia de vida capaz de renovar a coletividade por meio de transformações subjetivas, promovendo nos indivíduos a abdicação do mal e da violência (Ibidem, p. 252-255).

Durante seu doutorado, em meados da década de 1960, o *maduro Sharp* – novamente de acordo com a expressão de Weber (2003, p. 255) – abandona o idealismo e passa a defender o pensador e ativista indiano mais como um estrategista político do que como pacifista ou espiritualista. Tal mudança assinalava, pela interpretação de Weber, um processo no qual Sharp gradativamente se afastava de uma concepção da não-violência como princípio indispensável para ações não-violentas, perspectiva que ele anteriormente apoiava (Ibidem, p. 255-256).

A intensificação de tal processo levou a discordâncias insustentáveis diante daqueles que prezavam a elevação espiritual própria e também do adversário mais do que a conquista dos objetivos mundanos ou materiais traçados para as ações não-violentas. Tais circunstâncias encaminharam Sharp a um terceiro momento, consolidado durante a década de 1970, no qual as menções do pensador e ativista indiano em seus escritos, antes muito frequentes, são

reduzidas drasticamente (Ibidem, p. 256-259). Nas palavras do próprio Sharp, transcritas por Weber (2003): “Eu mudei várias ideias; às vezes eu as inverti. Eu descobri que pessoas não precisam crer corretamente para se engajar numa luta não-violenta” (p. 259).

Em que pese sua indiscutível origem teórica na não-violência como princípio, o posicionamento assumido por Sharp (2012) a partir da sua obra magna de três volumes, *The politics of nonviolent action*, acaba por consolidar o *desafio político*¹³ enquanto objeto peculiar de estudos no seio da não-violência (SCHOCK, 2013, p. 279-280; WEBER, 2003, p. 251-252). Isso não implica dizer que Sharp tenha inventado ou descoberto tal forma de pensar a não-violência; pelo contrário, exemplos de ação não-violenta despidas de fundamentação transcendental ou de disciplina ética já existiam na história de lutas nacionalistas e trabalhistas ao redor do planeta (SCHOCK, 2013, p. 278). Além do mais, Mohandas Gandhi já distinguia a não-violência em dois segmentos: *não-violência para o fraco* ou como técnicas de resistência à opressão; e *não-violência para o forte* ou como estilo de vida permanente, envolvendo autodisciplina, vida simples, busca interior pela verdade e coragem para confrontar injustiça e opressão por meios não-violentos (CLEMENTS, 2015, p. 3).

Enquanto pesquisador da não-violência, as grandes contribuições de Gene Sharp residem em sua longa pesquisa histórico-bibliográfica, com organização do extenso material encontrado; na sistematização de estratégias, mecanismos e métodos de não-violência que resiste ao passar do tempo; na estruturação da teoria consentimental do poder ou teoria do poder pelo consentimento enquanto suporte

13 Termo preferencial de Gene Sharp (2010, p. 7) para se referir à resistência da população perante governos autoritários. Sharp atribui a autoria da expressão ao também estadunidense Robert Helvey.

teórico da não-violência pragmática; e em sua manifestação pública, por meio de livros e entrevistas, de que tais ferramentas não-violentas de intervenção na realidade empírica podem ser eficazmente utilizadas por quaisquer pessoas devidamente instruídas para tanto (KING, 2008, p. 23-24; MARTIN, 1989, p. 213; Idem, 2013, p. 202-203).

Na avaliação de Sharp (2012, p. 7-11), a preocupação em lidar com o poder está no cerne das teorias e das práticas políticas que não pretendem extingui-lo. O autor, ao contrário dos anarquistas, considera o poder como inerente a praticamente todas as relações sociais e define *poder social* como a capacidade que grupos sociais possuem de controlar o comportamento de outros grupos, por meio de atos que os afetem direta ou indiretamente. O *poder político* aparece então como “um tipo de poder social que é aplicado [*wielded*] para objetivos políticos, especialmente por instituições governamentais ou por pessoas em oposição ou em apoio a tais instituições” (Ibidem, p. 7), açambarcando também a autoridade, a influência, a pressão e a coerção que os empoderados podem empregar para resguardar seus interesses.

Mesmo sem apresentar uma acepção específica para a palavra *poder*, despida de adjetivos, e esclarecendo que “quando usado isoladamente, o termo poder deve ser entendido como se referindo a poder político” (Ibidem, p. 8), Gene Sharp explicita duas possibilidades opostas de entendimento da natureza do poder. O autor e ativista estadunidense critica o que chama de *teoria monolítica* do poder, isto é, a ideia de que o poder do Estado é uma força independente do meio social, que tem a capacidade de manter e reforçar a si mesma por meio da atuação coordenada de seus principais controladores. Sua argumentação crítica tem por meta fortalecer a compreensão de um poder relacional e plural, ou seja, a noção de que as forças sociais que sustentam o poder político estatal se originam

em organizações e grupos da comunidade, na periferia do sistema político, forças que circulam socialmente e confluem em maior ou menor medida para sustentar o centro das tomadas de decisões políticas de uma sociedade.

Segundo Gene Sharp (2012, p. 9), se a teoria monolítica estivesse correta, não seria possível controlar o poder político institucional por outras vias que não aquelas constitucionalmente fixadas pela legislação vigente num dado Estado, o que se traduz em haver margem de manobra suficiente para que agentes políticos de fora do aparato estatal orquestrarem ações políticas não institucionais visando minar o poder de mando do alto escalão de um governo. Daí os motivos pelos quais Sharp (2012) cita Étienne de La Boétie (2017) e se vale de seu *insight* – o qual afirma que mesmo governantes tirânicos necessitam do apoio de seus súditos para manter o poder – para fundamentar a abordagem do poder de sua preferência e sintetizar seus aspectos sociais e políticos.

Logo, para Gene Sharp (2012), o poder político está assentado socialmente, e seus detentores dependem da coletividade para manter cargos de mando. Eis porque o *insight* basilar de Étienne de La Boétie (2017) constitui-se como elemento-chave da teoria consentimental do poder. Tanto para Sharp quanto para La Boétie, todo tirano depende do apoio dos submetidos ao respectivo poder para se manter em tal posição hierarquicamente privilegiada, daí a relevância do consentimento para tornar efetiva sua autoridade. Destarte, ao entrelaçar o político e o social intimamente, a teoria do poder pelo consentimento sustenta-se em basicamente dois alicerces: (a) a relação de poder entre dominantes e dominados, sendo os dominantes constituídos pelo grupo político governante, pelo aparato estatal e pelos partidários do governo, enquanto os dominados envolvem todos os demais membros da sociedade; (b) o consentimento da dominação efetivada pelos dominantes sobre os dominados, fincada socialmente

por meio de hábitos, obrigações morais, medo de represálias, interesse próprio, identificação psicológica com o dominante, indiferença ou mesmo falta de autoconfiança para alterar o *status quo* (SHARP, 2012, p. 19-24).

Visando evidenciar as raízes sociais do poder político, a teoria ordenada por Gene Sharp afirma então que o poder político não se configura monoliticamente nem reside em indivíduos ou posições de poder específicas, mas é plural e encontra-se disseminado em vários grupos e organizações sociais de diversas localidades. Os métodos não-violentos de ação configuram-se então como ferramentas para que agentes políticos retirem o consentimento da relação sociopolítica estabelecida entre dominantes e dominados, passando a usar a parcela de poder que possuem contra os dominantes. Como efeito, o pesquisador estadunidense estabelece uma teoria do poder na qual o poder político é sempre contingente e essencialmente dinâmico, reque-rendo dos empoderados constantes cuidados para manter suas posições hierarquicamente superiores (MARTIN, 1989, p. 214).

A essência da teoria do poder de Sharp é bastante simples: pessoas na sociedade podem ser divididas entre governantes e populares; o poder dos governantes deriva do consentimento dos populares; ação não-violenta é um processo de retirada do consentimento e dessa forma é uma via para desafiar os modernos problemas-chave de ditadura, genocídio, guerra e sistemas de opressão. (Ibidem, p. 213)

É possível dizer então que, na perspectiva de Sharp (2012, p. 7-8), o poder é intrínseco às interações próprias da vivência em sociedade, e a política é o conjunto de esforços para tentar controlar tais relações de poder disseminadas socialmente. Por sua vez, o poder político, que possui raízes sociais e surge como direcionamento de forças da sociedade para determinados fins politicamente definidos, tem suas principais fontes elencadas pelo autor em: *autoridade; recursos humanos; habilidades e conhecimentos;*

fatores intangíveis; recursos materiais; sanções (Ibidem, p. 11-12). Com a finalidade de melhor captar suas particularidades, serão destacadas algumas possíveis interações entre o pensamento de Sharp (2010; 2012) e certas formulações de nomes conhecidos da teoria política: Max Weber (1967) e Hannah Arendt (1994).

Primeiramente, as concepções de Sharp (2010; 2012) acerca da política e do Estado aqui resumidas não contradizem as designações de Weber (1967) para tais questões, as quais são largamente aceitas no seio da ciência política. Na interpretação de Weber, política significa “a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado” (Ibidem, p. 56). A noção weberiana de política como luta para influenciar a distribuição do poder em muito se aproxima da ideia de poder político como “total de autoridade, influência, pressão e coerção que pode ser aplicada para conseguir ou prevenir a implementação das vontades do empoderado” (SHARP, 2012, p. 7-8). Weber e Sharp compartilham a visão de política como conflito de interesses e disputa por poder político. Eis o motivo pelo qual a não-violência pragmática surge como um meio alternativo à violência para se agir politicamente, porém numa lógica bem semelhante: influenciar ativamente o comportamento do adversário, por meio de atos distintos, de modo a induzir que certos fatos ocorram de maneira específica à medida que outros deixem de ocorrer (Ibidem, p. 3-4).

Ademais, ambos mantêm a percepção de que violência e dominação são características marcantes do Estado moderno, pois para Max Weber (1967) “o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, *o monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um determinado território” e, portanto, “o Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isto é, considerada como legítima)” (p. 56,

grifos no original). Por sua vez, escrevendo aos dominados que têm pretensões de se livrar do jugo de ditadores, Gene Sharp (2010) alerta aos interessados em deflagrar uma guerra não convencional contra o aparelho estatal que, ao “depositar a confiança nos meios violentos, escolhe-se exatamente o tipo de luta em que os opressores quase sempre têm a superioridade. Os ditadores estão equipados para aplicar violência esmagadora”, porquanto “ditadores têm quase sempre superioridade em equipamento militar, munições, transportes e tamanho das forças militares” (p. 9).

Todavia, em que pesem as apontadas proximidades entre os dois teóricos, há um ponto nevrálgico de divergência: a relação entre violência e poder político. Pelo enfoque de Sharp, há concordância com Weber no fato de que o Estado detém o monopólio da violência legítima, valendo-se dela frequentemente para seus propósitos. Contudo, trata-se de enxergar a violência provavelmente como o meio (considerado) legítimo mais utilizado para manter as atuais características político-institucionais dos Estados, o que não implica, como pretende Weber, na obrigatoriedade de visualizá-la como manifestação flagrante do poder político. Ao aceitar a violência como parte constitutiva e relevante dos aparatos estatais contemporâneos sem, no entanto, vinculá-la indissociavelmente ao poder político, Sharp (2010; 2012) se aproxima das concepções de Hannah Arendt (1994) a respeito do papel da violência na política.

Em segundo lugar, é possível dizer que Sharp provavelmente aceitaria a conceituação proposta por Arendt para a noção de *poder*. A autora define *poder* como a habilidade humana para agir em concerto, assinalando que sua origem pode ser encontrada somente em grupos, não em indivíduos isoladamente, visto que o poder existe pelo mesmo tempo que tais grupos se mantenham unidos (ARENDRT, 1994, p. 36). Diferentemente do poder – entendido como

um absoluto ou, por assim dizer, um fim em si mesmo –, a *violência* é compreendida pela teórica alemã como um meio que, devido ao seu caráter instrumental, necessita de orientações e justificativas de acordo com os fins almejados para seu uso (Ibidem, p. 40–41). Da mesma forma, quando se trata das articulações entre o poder e a violência na esfera política, é praticamente certo que Gene Sharp concordaria com as posições assumidas por Hannah Arendt, posto que:

Em um conflito da violência contra a violência a superioridade do governo tem sido sempre absoluta; mas esta superioridade dura apenas enquanto a estrutura de poder do governo está intacta – isto é, enquanto os comandos são obedecidos e as forças do exército ou da polícia estão prontas a usar suas armas. Quando este não é mais o caso, a situação muda abruptamente. Não apenas a rebelião não é contida, mas as próprias armas mudam de mãos – algumas vezes, como na Revolução Húngara, em poucas horas. (Devíamos saber disto após todos esses anos de luta inútil no Vietnã, onde por um longo tempo, antes de receber a ajuda maciça dos russos, a Frente de Libertação Nacional combateu-nos com armas feitas nos Estados Unidos). Apenas depois que isto aconteceu, quando a desintegração do governo no poder permitiu aos rebeldes armarem-se, pode-se falar de um “levante armado”, o qual frequentemente não acontece ou acontece apenas quando não é mais necessário. Onde os comandos não são mais obedecidos, os meios da violência são inúteis; e a questão desta obediência não é decidida pela relação de mando e obediência, mas pela opinião e, por certo, pelo número daqueles que a compartilham. Tudo depende do poder por trás da violência. A ruptura súbita e dramática do poder que anuncia as revoluções revela em um instante o quanto a obediência civil – às leis, aos dominantes, às instituições – nada mais é do que a manifestação externa do apoio e do consentimento. (Ibidem, p. 39)

O trecho deixa claro que a obediência civil está assentada no consentimento e que tanto a quantidade de pessoas dispostas a romper com a obediência civil quanto os cargos que elas ocupem no aparelho estatal impactarão nas possibilidades de decréscimo de poder dos governantes. Embora a autora alemã reconheça que poder e violência frequentemente aparecem

juntos (Ibidem, p. 41), decorre das afirmações citadas que, em termos políticos, esses elementos são opostos: o crescimento de um implica na diminuição direta da outra e vice-versa. Finalmente, a teórica não só dissocia poder e violência, como garante que esta não tem capacidade de criar aquele, mas possui todas as condições para destruí-lo (Ibidem, p. 41 e 44). O explicitado por Arendt acerca da correlação entre poder e violência se resume em: “Substituir o poder pela violência pode trazer a vitória, mas o preço é muito alto; pois ele não é apenas pago pelo vencido como também pelo vencedor, em termos de seu próprio poder” (Ibidem, p. 42).

O conteúdo de tal interpretação muito se assemelha ao embasamento do chamado *jiu-jitsu político* de Sharp (2010; 2012), manobra de enfrentamento que objetiva expor ao máximo, midiática e publicamente, a violência perpetrada pelos detentores dos cargos de mando, com a finalidade de que sofram uma redução de seu poder:

Neste processo, a brutalidade crua do regime contra os ativistas claramente não violentos se reflete politicamente contra a posição dos ditadores, causando discórdia em suas próprias fileiras, bem como fomentando suporte aos resistentes entre a população em geral, os defensores habituais do regime e terceiros. (SHARP, 2010, p. 25)

A simplicidade da teoria organizada por Gene Sharp (2010; 2012) está diretamente ligada ao foco pragmático de sua pesquisa. Em si mesma, a teoria consentimental do poder não expressa o *modus operandi* da não-violência: não demonstra como os ativistas podem se organizar, elencar os recursos disponíveis, planejar seus objetivos e executar as intervenções políticas por eles selecionadas para o embate não-violento. A teoria do poder pelo consentimento fornece apenas os pilares para o tópico mais volumoso do trabalho de Sharp, que envolve o detalhamento dos métodos não-violentos de ação, com exemplos históricos

e explicações pontuais para cada um deles, além de um roteiro para estruturar o movimento, planejar suas estratégias e escolher os métodos de ação da não-violência a serem colocados em prática. Daí um dos principais motivos do reconhecimento da obra de Sharp na esfera da não-violência: apesar da rejeição aos *porquês* que fazem da não-violência um princípio, substituindo-os pela teoria política da não-violência pragmática, boa parcela do conteúdo de *The politics of nonviolent action* (2012) e praticamente toda substância do livro *Da ditadura à democracia: uma estrutura conceitual para a libertação* (2010) estão voltadas para o *como* agir sem violência, o que interessa a todos os comprometidos com o assunto.

Considerações finais

Após as pesquisas desenvolvidas no decorrer da década de 1960, Gene Sharp passa a chamar a atenção para uma nova leitura da desobediência civil. Sua perspectiva mantém a ausência de violência como característica preponderante, mas retira da desobediência civil qualquer traço religioso ou transcendental, aproximando-a ao menos de parte das justificativas teóricas estabelecidas pelos pensadores da Idade Média ao direito de resistência. Para sua aplicação empírica, o desafio político proposto por Sharp valeu-se dos passos iniciais dados pelos pacifistas do século XIX no sentido de tornar a desobediência civil um meio singular, consciente e estratégico de ação direta. Destarte, porque privilegia ponderações acerca de sua execução empírica, a não-violência pragmática reúne uma teoria política que pode ser facilmente explicada e não requer erudição para ser absorvida pelos ativistas.

No que se refere especificamente a Gene Sharp, suas maiores contribuições consistem na sistematização de uma teoria política, na organização de exemplos históricos dos métodos de ação não-violenta e nas formulações

a respeito dos processos que envolvem seu desafio político. A não-violência pragmática independe de qualquer noção religiosa e assenta-se na ideia, já presente no direito de resistência medieval, de que o poder político emana do povo. Conseqüentemente, todas as autoridades políticas de uma sociedade necessitam do consentimento da população para manterem a legitimidade de suas posições de mando. Considerando um cenário no qual os cidadãos de um Estado estejam descontentes com seus líderes políticos, é possível estabelecer um movimento não-violento de resistência popular que exija, por meio de pressões políticas, econômicas, sociais, emocionais ou morais, a retirada das pessoas indesejadas daqueles cargos investidos de autoridade. Para tanto, os ativistas do movimento social em questão se valerão do planejamento e do encadeamento de intervenções políticas que não envolvem violência física e ocorrem fora dos parâmetros comuns de comportamentos políticos, econômicos e sociais: os métodos de ação não-violenta.

Conquanto a grande maioria dos envolvidos com a não-violência respalde a definição de Sharp para a ação não-violenta, faz-se imprescindível mencionar que sua perspectiva pragmática foi alvo de críticas por parte dos pesquisadores que se mantiveram na vertente da não-violência como princípio. Embora vistos por seus apoiadores como desdobramentos positivos, especialmente por permitirem maior facilidade de difusão, acesso, mobilização e aplicação da luta não-violenta, os parâmetros racionalistas e materialistas que sustentam o

desafio político de Gene Sharp são tidos por defensores da ação não-violenta respaldada por princípios pacifistas como simples instrumentos que raramente levam a melhorias no longo prazo. Fica evidente então que existem ao menos duas maneiras de interpretar a não-violência enquanto desdobramento peculiar da desobediência civil. Como consequência, somente é possível referir-se à não-violência, no singular, devido ao compartilhamento, por parte das duas vertentes, dos fundamentos da ação não-violenta, já que os preceitos e fins de suas intervenções políticas serão diversos.

Finalmente, em razão da presença de duas perspectivas para a não-violência, não há como negar que seu atual campo de pesquisas é dual. Destarte, afirma-se aqui que a não-violência pode ser alternativamente entendida e praticada por seus adeptos de acordo com questões: (1) de caráter abstrato, referentes à subjetividade dos ativistas – presença ou ausência da não-violência como princípio norteador das ações políticas diretas, responsável por guiar o entendimento que os participantes do movimento social com alicerces na não-violência fazem do mundo sociopolítico onde estão imersos; (2) de caráter prático, referentes ao contexto histórico e à conjuntura política – se as metas políticas traçadas pelos membros do movimento não-violento privilegiam alterações efetivas e imediatas no *status quo* da distribuição de poder vigente na sociedade em que os ativistas estão inseridos ou se priorizam metas mais gerais e de longo prazo para suas intervenções diretas.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- ATAACK, Iain. Nonviolent political action and the limits of consent. *Theoria*, New York, v. 53, n. 111, p. 87-107, 2006.
- BEISSINGER, Mark. Structure and example in modular political phenomena: the diffusion of bulldozer/rose/orange/tulip revolutions. *Perspectives on Politics*, Cambridge, v. 5, n. 2, p. 259-276, 2007.

- BOÉTTIE, Étienne de La. *Discurso sobre a servidão voluntária*. Tradução de Evelyn Tesche. São Paulo: Edipro, 2017.
- CHENOWETH, Erica; STEPHAN, Maria. *Why civil resistance works: the strategic logic of nonviolent conflict*. New York: Columbia University Press, 2011.
- CLEMENTS, Kevin. Principled nonviolence: an imperative, not an optional extra. *Asian Journal of Peacebuilding*, Seul, v. 3, n. 1, p. 1-17, 2015.
- GRAY, Stuart; HUGHES, Thomas. Gandhi's Devotional Political Thought. *Philosophy East and West*, Honolulu, v. 65, n. 2, p. 375-400, 2015.
- GURZA LAVALLE, Adrian; ISUNZA, Ernesto. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à *accountability*. *Lua Nova*, São Paulo, v. 84, p. 95-139, 2011.
- HOWES, Dustin. The failure of pacifism and the success of nonviolence. *Perspectives on Politics*, Cambridge, v. 11, n. 2, p. 427-446, 2013.
- KING, Mary. Nonviolent struggle in Africa: essentials of knowledge and teaching. *Africa Peace and Conflict Journal*, San José, v. 1, n. 1, p. 19-44, 2008.
- MARTIN, Brian. Gene Sharp's theory of power. *Journal of Peace Research*, Thousand Oaks, v. 26, n. 2, p. 213-222, 1989.
- MARTIN, Brian. The politics of Gene Sharp. *Gandhi Marg*, Nova Délhi, v. 35, n. 2, p. 201-230, 2013.
- MCCARTHY, Ronald; KRUEGLER, Christopher. *Toward research and theory building in the study of nonviolent action*. Boston: The Albert Einstein Institution, 1993.
- NAGLER, Michael. *The search for a nonviolent future: a promise of peace for ourselves, our families, and our world*. Makawao: Inner Ocean, 2004.
- NON-VIOLENCE. In: CAMBRIDGE Dictionary. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2zfTy2z>. Acesso em: 28 maio 2018.
- PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, v. 6, p. 339-363, 2011.
- SCHOCK, Kurt. Nonviolent action and its misconceptions: insights for social scientists. *PS*, Washington, DC, v. 36, n. 4, p. 705-712, 2003.
- SCHOCK, Kurt. The practice and study of civil resistance. *Journal of Peace Research*, Thousand Oaks, v. 50, n. 3, p. 277-290, 2013.
- SHARP, Gene. *Da ditadura à democracia: uma estrutura conceitual para a libertação*. Tradução de José Filardo. Boston: The Albert Einstein Institution, 2010.

SHARP, Gene. *The politics of nonviolent action*. Boston: Porter Sargent, 2012. 3 v.

STIEHM, Judith. Nonviolence is Two. *Sociological Inquiry*, Hoboken, v. 38, n. 2, p. 23-30, 1968.

WEBER, Max. A política como vocação". In: GERTH, Heinrich; MILLS, Wright (orgs.). *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1967. p. 55-89.

WEBER, Thomas. Nonviolence is who? Gene Sharp and Gandhi. *Peace & Change*, Omaha, v. 28, n. 2, p. 250-270, 2003.

YOUNG, Iris. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, v. 67, p. 139-190, 2006.

Resumo

A não-violência como princípio e a não-violência pragmática

O artigo tem por objetivo discutir as prerrogativas teóricas que compõem e sustentam o atual debate sobre a *não-violência*, o qual se ampliou principalmente após o sucesso do processo de independência da Índia em 1947. O foco aqui é lançar luz sobre autores que escrevem a partir da segunda metade do século XX com intuito de fundamentar e justificar como legítimas e eficazes certas formas específicas de participação e resistência política avessas ao uso da violência. Para tanto, são apresentadas distinções normativas que caracterizam a complexidade da não-violência, as quais são posteriormente comparadas com certos aspectos do pensamento de autores relevantes para a teoria política.

Palavras-chave: Desobediência Civil; Gene Sharp; Teoria Política; Ação Não-Violenta.

Abstract

Non-violence as a principle and pragmatic non-violence

This article aims to discuss the theoretical prerogatives that compose and support the current debate on *non-violence*, which increased particularly after the success of the process of independence of India in 1947. The focus here is to illuminate authors who write from the second half of the 20th century in order to substantiate and justify certain specific forms of political participation and resistance averse to the use of violence as legitimate and effective. To this end, normative distinctions that characterize the complexity of non-violence are shown, which are subsequently compared to certain aspects of the thought of writers relevant to political theory.

Keywords: Civil Disobedience; Gene sharp; Political Theory; Nonviolent Action.

Résumé

La non-violence en tant que principe et la non-violence pragmatique

Cet article vise à discuter des prérogatives théoriques qui composent et soutiennent le débat actuel sur la *non-violence*, qui a augmenté après le succès du processus d'indépendance de l'Inde en 1947. L'objectif ici est d'éclairer les auteurs qui écrivent depuis de la seconde moitié du 20e siècle afin d'étayer et justifier comme légitimes et efficaces certaines formes spécifiques de participation et résistance politiques opposées à l'usage de violence. À cette fin, on présente les distinctions normatives caractérisant la complexité de la non-violence, qui sont ensuite comparées avec certains aspects de la pensée des auteurs pertinents pour la théorie politique.

Mots-clés: Désobéissance civile; Gene Sharp; Théorie Politique; Action Non Violente.